



FÓRUM FLORESTAL
DE MINAS GERAIS

Fórum Florestal Mineiro

Memórias de um Diálogo Inovador



Foto: Planar





FÓRUM FLORESTAL
DE MINAS GERAIS

Fórum Florestal Mineiro

Memórias de um Diálogo Inovador

Organizadores do Documento

Luiz Paulo Pinto
Elizabete Lino

Coordenação Executiva do Fórum Florestal Mineiro

Associação Mineira de Defesa do Ambiente – Amda

Maria Dalce Ricas
Elizabete Lino
Marina Bhering
Flávio Brant

Rua Costa Pinto, 258, Vila Paris, CEP 30380-700 Belo Horizonte, MG
Telefax: (31) 3291-0661
www.amda.org.br

Belo Horizonte, MG
2016

Diálogo Florestal no Brasil

Para descrever a trajetória do Fórum Florestal Mineiro é preciso retornar ao início dos anos 2000. A semente da aproximação entre as organizações ambientalistas e as empresas do setor florestal foi concebida no ano de 2003, durante um evento do *The Forests Dialogue* – TDF, em Santa Cruz de Cabrália, no extremo sul da Bahia.



O TDF é uma iniciativa internacional que surgiu da preocupação e do debate entre algumas instituições, entre 1988 e 1999, sobre a necessidade de ampliar o diálogo entre a indústria florestal, as organizações da sociedade civil e outros atores. Instituições como o Banco Mundial, o *World Resources Institute* (WRI), o Conselho Empresarial Mundial para o Desenvolvimento

Sustentável (WBCSD), e o *International Institute for Environment and Development* (IIED), tiveram papel importante para facilitar o processo de construção do TDF.

Em 2000, após alguns encontros e discussões, um grupo de trabalho permanente passou a ser denominado, oficialmente, como grupo de trabalho do “Diálogo Florestal” (*The Forests Dialogue*). O TDF tem como objetivo a conservação e a gestão sustentável das florestas e a ampliação do bem-estar das pessoas, através de processos de diálogo construtivo entre todas as partes interessadas, com base na confiança mútua e no compromisso com a mudança. A Secretaria Executiva do TDF é exercida pela Universidade Yale, uma universidade situada em New Haven, Estados Unidos.

No encontro do TDF em Santa Cruz de Cabrália, estiveram presentes trinta representantes de organizações ambientalistas, da indústria de produtos florestais, proprietários de terras e da academia. Ao final do evento, o grupo de brasileiros participantes percebeu a importância daquele movimento e como era oportuno para o contexto da Mata Atlântica, que é um dos *hotspots* mundiais de biodiversidade e uma região chave para a produção florestal no Brasil. Nesse momento nascia o embrião do que viria a ser o “Diálogo Florestal para a Mata Atlântica”.

Naquela época, a maioria das empresas florestais que operavam na Mata Atlântica, especialmente aquelas do setor de papel e celulose, desenvolviam projetos de restauração florestal e de proteção e monitoramento da biodiversidade abrigada nos remanescentes de suas propriedades. Entretanto, havia um distanciamento e desconfiança em relação ao movimento ambientalista, que combinado com os conflitos sociais e o elevado desmatamento na Mata Atlântica, impedia avanços concretos para a sustentabilidade dos territórios com benefícios para todos. Mas, membros de ambos os setores concordavam que, para mudar esse cenário, era necessário ampliar a escala dos

esforços até então empreendidos, o que demandaria a identificação de agendas comuns, o estabelecimento de parcerias e soluções capazes de reverter o processo de degradação do bioma na escala desejável.

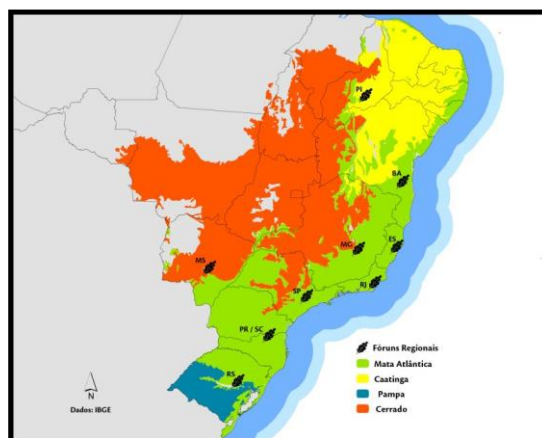
Inspiradas nas conversas iniciadas naquele evento do TDF em 2003, três organizações não-governamentais – Instituto BioAtlântica (IBio), The Nature Conservancy do Brasil (TNC) e Conservação Internacional (CI-Brasil) –, e duas empresas do setor florestal – Rigesa-/MeadWestvaco e Suzano Papel e Celulose – fizeram a proposta de continuidade do Diálogo Florestal no Brasil com foco na Mata Atlântica e envolvendo outros atores regionais. Esta proposta foi muito bem recebida pelo Comitê Gestor do TFD, que reconheceu a iniciativa como parte da sua agenda.

O Diálogo Florestal para a Mata Atlântica foi criado em 2005 com o objetivo de construir uma visão comum, compartilhada entre as empresas florestais e as instituições ambientalistas, que levasse a resultados concretos e no aumento da escala dos esforços para a conservação, gerando ao mesmo tempo benefícios tangíveis para a biodiversidade, para as empresas e para a sociedade. Entre os dias 19 e 21 de outubro de 2005, representantes de 13 organizações ambientalistas e de cinco empresas do setor florestal se reuniram em Teresópolis, região serrana do Rio de Janeiro, para o primeiro encontro do Diálogo Florestal para a Mata Atlântica.

O evento de Teresópolis pode ser considerado um marco, uma vez que simbolizava uma nova etapa de relacionamento entre esses dois segmentos, reunindo-se para tratar de assuntos de interesse comum de maneira proativa, e não para resolver impasses ou discutir problemas específicos entre ambos. Desde então, foram dezenas de reuniões, visitas de campo e discussões, envolvendo mais de 1.200 participantes de diferentes instituições e partes da Mata Atlântica.

A aposta em um espaço qualificado de debate, negociações e de quebra de paradigmas, contribuiu para superar as desconfianças entre ambientalistas, empresários e técnicos do setor. A iniciativa contaminou positivamente inúmeros atores e após os primeiros anos de funcionamento, o Diálogo Florestal para a Mata Atlântica criou Fóruns Regionais, levando em conta as peculiaridades e necessidades nas diferentes áreas do bioma.

Com a ampliação dos atores e os diferentes interesses regionais, os Fóruns Regionais logo passaram a envolver outros biomas nas ações e discussões, como foi o caso dos Pampas, no Rio Grande do Sul, e do Cerrado, em Minas Gerais, Mato Grosso do Sul e outros estados. Com nove Fóruns Regionais atuantes em diferentes biomas e estados da federação, o “Diálogo Florestal



para a Mata Atlântica” passou a ser tratado como “Diálogo Florestal no Brasil” ou simplesmente “Diálogo Florestal”, indicando o sucesso do conceito e a necessidade de sua diversificação.

Passados 12 anos da sua criação, o Diálogo Florestal ainda é uma inspiração para aqueles que desejam provocar mudanças, mostrando que através de princípios como a transparência e respeito mútuo, adotando técnicas e métodos de resolução de conflitos, é possível criar uma agenda comum entre setores diversos, com benefícios para toda sociedade.

Criação do Fórum Florestal Mineiro

Não demorou muito para emergir a demanda de criação de um espaço específico do Diálogo Florestal no estado de Minas Gerais, ou seja, o Fórum Florestal Mineiro (FFM). O estado possui a tradição e forte presença da cultura florestal, contendo a base de diversas cadeias produtivas com significativa representatividade na sua economia, abrangendo as indústrias de ferro e aço, papel e celulose, chapas, painéis, e outros produtos madeireiros.

O Fórum Florestal Mineiro foi oficialmente criado em agosto de 2008, com o objetivo de manter um espaço de diálogo e agenda comum entre empresas e ONGs para promoção de ações efetivas de conservação da biodiversidade associadas à produção florestal e consumo de produtos madeireiros, proporcionando melhores práticas e desenvolvimento sustentável no território de Minas Gerais. O FFM tem como objetivos específicos:



- Discutir temas e propostas que tenham como base interesses comuns e que possam contribuir para proteção da biodiversidade;
- Divulgar informações sobre aspectos socioambientais dos plantios florestais junto à sociedade, visando mostrar que, além de necessários à economia, podem ser compatíveis com proteção de ambientes naturais;
- Influenciar e propor políticas públicas, visando cumprimento do objetivo de conciliação entre consumo de produtos madeireiros, plantios florestais e proteção de ambientes naturais; e
- Contribuir para melhorias no processo de produção de florestas plantadas associadas à conservação da biodiversidade regional.

De 30 de setembro de 2008 a 3 de julho de 2009 foram realizadas reuniões para definir o funcionamento do FFM. A estruturação do FFM contou com a participação e apoio da coordenação do Fórum Florestal da Bahia, o Fórum mais antigo do Diálogo Florestal, que abrange o Sul e Extremo Sul do estado da Bahia. Em fevereiro de 2011, o FFM realizou um planejamento estratégico, com ampla participação dos seus membros. O planejamento resultou na elaboração de carta de princípios, definição de missão e visão, prioridades de ações e estratégias que são revisadas a cada ano.

MISSÃO

“Promover o diálogo para criar e disseminar soluções e inovações em práticas florestais associadas à conservação da biodiversidade”

VISÃO

“Ser modelo de integração ambiental e socioeconômica no setor florestal”

A Associação Mineira de Defesa do Ambiente (Amda) foi a instituição escolhida para secretariar o FFM desde seu início, função que continua exercendo atualmente. A Amda é uma organização não-governamental, sem fins lucrativos, com base em Belo Horizonte, Minas Gerais. A instituição tem como missão “contribuir para a preservação de ambientes naturais e a promoção da sustentabilidade ambiental através da influência em políticas públicas e atividades privadas, mobilização da sociedade, alianças e parcerias”. Uma das ONGs mais atuantes em Minas Gerais e na Mata Atlântica, a Amda possui 38 anos de experiência em fatos marcantes da história do ambientalismo, com grande capacidade de mobilização e articulação de parcerias multissetoriais.

Além de secretariar o FFM, a Amda é membro do Conselho de Coordenação do Diálogo Florestal, que articula e organiza a pauta nacional da iniciativa, além de apoiar os trabalhos dos Fóruns Regionais. Minas Gerais está também representada no Conselho do Diálogo Florestal pela Cenibra – Celulose Nipo-Brasileira S.A. Atualmente o Conselho de Coordenação do Diálogo é formado por 10 instituições, com paridade entre ONGs e empresas. São elas: Amda, Apremavi, Conservação Internacional, Instituto BioAtlântica, The Nature Conservancy, CMPC Celulose Riograndense, Cenibra, Fibria, Klabin e Suzano.



Frutos do Fórum Florestal Mineiro

As atividades do FFM estão baseadas em um espaço de diálogo, troca de informações e experiências, e formulação de ações, posicionamentos e estratégias que possam contribuir para a atuação dos seus membros na conservação da biodiversidade e sustentabilidade em diferentes regiões do estado de Minas Gerais. Além disso, o trabalho do FFM visa subsidiar o governo estadual e municipalidades, e outros setores empresariais, com informações e sugestões para políticas públicas, o manejo da paisagem, e boas práticas relacionadas à conservação da biodiversidade e sustentabilidade.



Para isso, o FFM desenvolveu várias atividades nesses nove anos de existência, envolvendo posicionamentos públicos, reuniões técnicas, visitas de campo, seminários e mobilizações institucionais. Informações sobre essas atividades estão descritas com mais detalhe abaixo, e podem também ser encontradas no anexo desse documento e no *website* do Diálogo Florestal – www.dialogoflorestal.org.br/.

Troca de Informações e Experiências

Os primeiros dois anos do FFM foram importantes para que as ONGs e empresas tivessem conhecimento sobre o portfólio institucional dos seus membros, além da visão, conceitos e posicionamentos de cada um sobre assuntos atuais e chave para os objetivos do Fórum.

Vários membros, ONGs e empresas, realizaram apresentações institucionais, o que ajudou a fortalecer a confiança entre o grupo e a conhecer melhor ações de proteção ambiental, metodologias e tecnologias utilizadas no campo, e informações técnico-científicas relacionadas à produção florestal, conservação da biodiversidade e planejamento e manejo da paisagem.



As apresentações, realizadas nas reuniões do FFM, foram intercaladas com visitas de campo em unidades das empresas. Foram realizadas visitas técnicas na Arcelor Bioenergia, em Martinho Campos, na Vallourec Florestal, em Paraopeba, e na Plantar, em Curvelo. As visitas a campo foram

importantes para conhecer a realidade da operação das florestas plantadas, as boas práticas em execução nos plantios, e os desafios e necessidades sociais e ambientais da cultura florestal.

A combinação entre as visitas de campo e as apresentações de informações dos membros do FFM foram essenciais para a interação e integração do grupo e o melhor entendimento do cenário da produção florestal, a atuação institucional dos membros do Fórum, a disseminação de informações de qualidade, a verificação de indicadores comuns, permitindo comparações, mudanças e melhorias voluntárias.

A troca de informações e experiências entre os membros do FFM estimulou a realização de um evento técnico em 26 de novembro de 2010 – *Workshop* sobre Boas Práticas no Setor Florestal. O objetivo do evento foi compartilhar informações sobre as práticas executadas pela Vallourec, Arcelor Mittal e Cenibra nas áreas de educação ambiental para públicos interno e externo, destinação de resíduos e monitoramento da qualidade e quantidade de água.



Os resultados do intercâmbio promovido pelo FFM são utilizados conforme o contexto de cada membro associado, e as necessidades e os desafios em suas áreas como a proteção e o monitoramento da biodiversidade, a formação de corredores ecológicos, a restauração ambiental de áreas degradadas, o monitoramento de indicadores de sustentabilidade, o envolvimento e apoio as comunidades afetadas pelos plantios, e outros.

Manifestações e Posicionamentos

Sendo o FFM composto por ONGs e empresas com ampla experiência e expertise, na conservação da biodiversidade e na produção florestal, o grupo se qualifica como uma massa crítica capaz de produzir informações e recomendações, que possam subsidiar políticas e ações do setor público e privado.

O primeiro documento produzido pelo FFM foi o “Manifesto em Apoio à Produção e ao Consumo de Florestas Plantadas”. Dado o histórico de conflitos, o déficit de madeira de florestas plantadas e a necessidade de disseminar informações sobre a silvicultura em Minas Gerais, os membros entenderam que era importante dar publicidade a um manifesto com a posição do FFM e a recomendação de 10 medidas essenciais sobre a atuação da silvicultura no estado. Dentre as medidas está o cumprimento da legislação florestal vigente, o aprimoramento do marco legal e formulação de políticas públicas para a silvicultura, fortalecimento de mecanismos de gestão socioambiental associados

às atividades de plantio florestal, e outros. O documento foi divulgado para o público em 16 de outubro de 2009 (Anexo).

A preocupação com o uso do carvão vegetal proveniente de florestas nativas e a necessidade de planejamento e investimentos no uso de carvão vegetal renovável na siderurgia, foi um dos temas tratados no Manifesto. O FFM reconhece a importância do tema, principalmente para a proteção do Cerrado e a sustentabilidade do parque siderúrgico do estado. O FFM realizou debate com a Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Semad) sobre o plano de atuação da cadeia produtiva do controle de carvão vegetal em Minas Gerais.

O FFM promoveu ainda a apresentação da iniciativa “ProMoVe Carvão Sustentável – Programa Modular de Verificação da Cadeia Produtiva do Carvão Vegetal para a Produção de Ferro-Gusa”, pelos parceiros do WWF-Brasil. O Diálogo Florestal apoiou o lançamento dessa iniciativa em evento no Mato Grosso do Sul, em abril de 2014. O ProMoVe Carvão Sustentável é uma ferramenta para implementação gradual dos Princípios e Critérios do Carvão Sustentável, que garantem a origem do carvão vegetal com respeito a questões sociais e ambientais nas bases florestal e industrial, ao longo de toda a cadeia produtiva. A iniciativa é uma parceria entre o Instituto Ethos, o Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola (Imaflora), a Organização Internacional do Trabalho (OIT), a WWF e a Fundación Avina. O modelo de verificação adotado pelo ProMoVe é inspirado em programas modulares existentes em outros setores e difundidos mundialmente, cujo principal propósito é atingir níveis de sustentabilidade socioambiental ao longo dos anos.

A aposta na sustentabilidade e a inovação levou o FFM a manifestar o apoio ao projeto de Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL) da empresa Plantar Carbon do Grupo Plantar, um dos primeiros projetos brasileiros de reflorestamento para obtenção de créditos de carbono (Anexo). O Grupo Plantar foi a primeira do setor florestal e de siderurgia a utilizar 100% de carvão vegetal de florestas plantadas na produção siderúrgica. A empresa pretende remover nos próximos 30 anos aproximadamente 2,5 milhões de toneladas de dióxido de carbono (CO₂). Além de gerar benefícios climáticos, o projeto incorpora diversos indicadores socioambientais nas práticas de reflorestamento, o que pode favorecer a proteção da paisagem como um todo.

Outros posicionamentos do FFM foram relativos às revisões das propostas nas Leis Florestais no âmbito nacional e estadual. Entre 2010 e 2012, estava em curso a discussão no Congresso Nacional das alterações do Código Florestal Brasileiro, que culminou na Lei sobre a Proteção da Vegetação Nativa (Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012), denominada também como



“Novo Código Florestal”. O FFM se inseriu nesse debate através da participação de alguns dos seus membros em um posicionamento público do Diálogo Florestal (Anexo), e através de ofício enviado ao então Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, solicitando que houvesse mais discussões e participação da sociedade nas decisões sobre esse importante tema (Anexo).

As modificações da Lei sobre a Proteção da Vegetação Nativa tiveram reflexo na revisão da Lei Florestal Mineira (Lei nº 20.922, de 16 de outubro de 2013), que dispõe sobre a política florestal e de proteção à biodiversidade do estado. O FFM realizou reuniões sobre o tema e promoveu discussões com atores chave do processo de revisão da referida Lei com representantes da SEMAD, do Ministério Público Estadual, do Instituto Estadual de Florestal (IEF-MG), e da Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG).

Ao mesmo tempo, o FFM produziu um ofício ao então Governador Antônio Augusto Anastasia sobre o Projeto de Lei nº 4057/09, que flexibilizaria o desmatamento das Matas Secas no norte do estado (Anexo). Matas Secas é um termo popular para as chamadas Florestas Estacionais Deciduais, que é uma das tipologias florestais protegidas pela chamada “Lei da Mata Atlântica” – Lei nº 11.428, de 22 de dezembro de 2006. O manifesto do FFM reforça a necessidade de mais discussões sobre o projeto de lei e a proteção e o uso e ocupação racional desse ecossistema ameaçado.

O FFM iniciou debates internos sobre outros temas e que podem resultar em proposições futuras para o aperfeiçoamento das políticas públicas. Um deles é a forma de compensação ambiental estabelecida pela Lei do Pequi (Lei nº 10.883, de 2 de outubro de 1992, e Lei nº 20.308, de 27 de julho de 2012), e suas consequências para a conservação do Cerrado e para a produção florestal.

Outro tema importante é a proposta de deliberação normativa preparada pelo FFM sobre o licenciamento ambiental do setor florestal em Minas Gerais, visando estimular as empresas que realizam trabalhos efetivos de conservação da biodiversidade (Anexo). O FFM participou também das discussões conduzidas no

Diálogo Florestal Nacional sobre o licenciamento ambiental da silvicultura no país. Foi criado um grupo de trabalho dentro do Diálogo Florestal com a missão de apresentar propostas para subsidiar o projeto de lei em tramitação no Senado, que modifica as regras do licenciamento ambiental da silvicultura.



Realização de Seminários Técnicos

A sensibilização e conexão com outros setores e com o público em geral é uma das preocupações e linha de atuação do FFM. Uma das atividades realizadas é a organização de seminários técnicos, com a participação de especialistas e atores envolvidos na produção florestal e na proteção da sociobiodiversidade nas áreas de atuação das empresas.



O FFM realizou dois seminários, em 2012 e 2015, com a participação de cerca de 400 pessoas, entre estudantes, ONGs, academia, governos e empresas. O primeiro seminário, realizado em Belo Horizonte, nos dias 4 e 5 de junho de 2012, teve como tema “Plantações Florestais e Biodiversidade”. Foram discutidos aspectos importantes como a evolução técnica e ambiental dos plantios florestais; o uso múltiplo da madeira; mercado de carbono e floresta plantada; fomento e certificação florestal; e a proteção da biodiversidade e dos recursos hídricos em plantios florestais.

O segundo seminário, realizado em Governador Valadares, no dia 29 de setembro de 2015, na Universidade Vale do Rio Doce – Univale, teve como tema “Silvicultura, Recursos Hídricos, Biodiversidade e Sociedade”. No evento houve a preocupação de focar o debate na relação entre a proteção de recursos hídricos e os plantios florestais. O representante da Agência de Bacia do Rio Doce, Eduardo Figueiredo, apresentou a situação hídrica de um dos rios mais importantes de Minas Gerais. Os participantes do Seminário tiveram a oportunidade de ouvir também a avaliação técnica de especialistas sobre a relação da silvicultura com a proteção dos recursos hídricos e da biodiversidade.



O FFM participa também de Seminários promovidos pelo Diálogo Florestal Nacional e seus parceiros. A Secretaria Executiva do FFM esteve, por exemplo, no Seminário Internacional Diálogo do Uso do Solo (*Land Use Dialogue-LUD*) - Planejando Paisagens Sustentáveis no Alto Vale do Itajaí, realizado de 25 a 28 de abril de 2016, em Atalanta, SC. O evento é a primeira atividade de um projeto, a ser realizado no Alto Vale do Itajaí, de iniciativa do *The Forest Dialogue*, do Diálogo Florestal Nacional e da Associação de Preservação do Meio Ambiente e da Vida (Apremavi), com apoio da União Internacional para a Conservação da Natureza (IUCN) e do Profor-Banco Mundial.

O Seminário reuniu mais de 40 participantes representantes de ONGs, agricultores, empresas privadas, governos locais, cooperativas e associações de produtores e universidades de diferentes países e de vários estados brasileiros. O objetivo do evento foi a promoção da troca de experiências sobre uso sustentável do solo e da paisagem, conservação da biodiversidade e da água, correlação entre produção agropecuária, silvicultura e ecossistemas, restauração de áreas frágeis ou degradadas, mitigação de riscos das mudanças climáticas e criação de mosaicos de áreas protegidas e corredores ecológicos.



Os seminários são momentos importantes também para divulgação e distribuição das publicações do Diálogo Florestal. São publicações de caráter institucional e técnico-científico que visam a disseminação de informações sobre a atuação do Diálogo Florestal e seus Fóruns Regionais, além de informações de qualidade sobre temas específicos como “Silvicultura e a Água”; “Silvicultura e Comunidades”; “Silvicultura e Biodiversidade”; e “Integrando Espaços e Paisagens na Produção Rural e Conservação”.

A geração e sistematização de informações dessa natureza, assim como o debate transparente são essenciais para alcançar os resultados desejados e o avanço em mecanismos e abordagens traçados pelo FFM. Nossa expectativa, portanto, é que as atividades do FFM contribuam na busca de soluções capazes de beneficiar, de forma duradoura, a proteção da biodiversidade, a produção florestal e toda sociedade mineira.



Participação

Instituições

Organizações Não-Governamentais

Associação Mineira de Defesa do Ambiente (Amda) • Conservação Internacional • Fundação Biodiversitas • Instituto Hóu • Instituto Terra Brasilis • Movimento Pró Rio Todos os Santos e Mucuri • WWF-Brasil

Empresas

Arcelor Mittal • AVG Siderurgia • Cenibra • Gerdau Florestal • Metalsider • Plantar • Siderúrgica Alterosa • Vallourec Florestal

Membros

Alice Lorentz (Movimento Pró Rio Todos os Santos e Mucuri) • André Carneiro (Gerdau) • André Parreiras (Siderúrgica Alterosa) • Eduardo Tavares (Instituto Hóu) • Elizabete Lino (Amda) • Fabiano Goulart (Plantar) • Fábio Vignoli (Metalsider) • Jacinto Moreira (Cenibra) • Kolbe W. Soares Santos (WWF-Brasil) • Ligia Vial (Amda) • Leonardo Ribeiro (Arcelor Mittal) • Luiz Paulo Pinto (Conselho Consultivo da Amda) • Marcelo Axer (Cenibra) • Márcio Lima (Metalsider) • Maria Dalce Ricas (Amda) • Paulo Henrique Dantas (Cenibra) • Regis Mendonça (Vallourec) • Rodrigo Nascimento (Gerdau) • Roosevelt Almado (Arcelor Mittal) • Thiago Bernardo (Fundação Biodiversitas) • Gilmar Maria (AVG) • José Otávio Franco (Conselho Consultivo Amda) • Douglas Lazaretti (Geradau) • Otacílio Júnior (Gerdau) • Adriana Maugeri (Plantar)

... foram membros e contribuíram com o Fórum Florestal Mineiro

Aline Cardoso (Amda) • Aline Tristão (Instituto BioAtlântica) • Anderson Martins (Amda) • Antônio Tarcizo de Andrade e Silva (Plantar/AMS) • Carlúcio Guimarães Oliveira (Gerdau) • Cesar da Gama e Silva (Nova Era Silicon) • Cristina Chiodi (Amda) • Eduardo Palhares (Grupo Itaminas/Replasa) • Fábio Marques (Plantar) • Felipe Fonseca (Amda) • Giovana Baggio de Bruns (TNC) • Guilherme Dias de Freitas (Vallourec) • Gisela Hermann (Valor Natural) • Gustavo Toledo (Siderpa) • Isabella Santana A. Ferreira (Vallourec) • Ivana Lamas (Conservação Internacional) • Leida Hermesdorff Horst (Cenibra) • Lúcio Bedê (Conservação Internacional) • Luiz Carlos Vale (Instituto Terra Brasilis) • Marcelo Gomes (Gerdau) • Márcio Lima (Metalsider) • Márcio Paulino Neto (Siderpa) • Maria Cecília de O. Vilela (Vallourec) • Pedro Carvalho (Gerdau) • Rinaldo Assunção (Siderúrgica Alterosa) • Rodrigo Lana (Arcelor Mittal) • Sandro Moraes (Cenibra) • Mauro Ellovitch (MPMG) • Henrique Avelar (AVG Siderurgia) • Amauri Pinheiro (Cenibra) • Izabel Figueiredo (Grupo Plantar) • Izaías Fernandes (Amaru) • Gustavo Moura (Plantar) • Davi Fernandes (Amaru) • Claudio Uemoto (Grupo Plantar) • Sandro Longuinho (Grupo Plantar) • Júlio César Sampaio (WWF) • Douglas Lazaretti (Gerdau) • Otacílio Júnior

Ponto de Vista do Diálogo Florestal Mineiro...

“Oito anos do Fórum Florestal Mineiro demonstraram na prática o potencial de transformações positivas que podem resultar do diálogo entre empresas e organizações não governamentais. Mas é preciso e possível avançar mais. E no que se refere à Amda mantemos o mesmo ânimo e crença nessa parceria.”

Maria Dalce Ricas
Associação Mineira de Defesa do Ambiente (Amda)

“Nesses anos foram expostos no FFM técnicas de plantios, conservação do solo, controle dos recursos hídricos, governança empresarial e social, boas práticas e, principalmente, como o dialogar é difícil, mas necessário. Praticamos um verdadeiro exercício de civilidade e disposição. Colocarmos-nos em posições iguais de debate, abriremos nossos cadernos de observações e considerações e escutar o outro, deu-nos condições de entender melhor o setor empresarial e avançarmos em uma agenda importante para Minas Gerais.”

Eduardo Tavares
Instituto Hóu

“A Cenibra tem participado ativamente tanto do Diálogo Florestal Nacional quanto do Fórum Florestal Mineiro. Podemos afirmar que muitos e valiosos foram os resultados obtidos ao longo desses anos, contribuindo na elevação da performance socioambiental das empresas e nos resultados de organizações socioambientais, com reflexos positivos na conservação ambiental e no atendimento às expectativas da sociedade em sua interface com o setor florestal.”

Paulo H. Dantas
Cenibra

“O Fórum Florestal de Minas Gerais começou bem ao estilo mineiro. Todos desconfiados e esperando para ver o que iria acontecer. Após as primeiras reuniões já percebíamos o respeito, a vontade e o compromisso de todos para avançarmos em uma agenda propositiva. O Fórum se transformou em um espaço importante para discussões e compartilhamento de informações, visando aperfeiçoar abordagens e procedimentos para expandir os esforços de conservação da biodiversidade e a sustentabilidade no setor florestal.”

Luiz Paulo Pinto
Conselho Consultivo da Amda

Anexos



Manifesto em apoio à produção e consumo de florestas plantadas, com responsabilidade ambiental, social e econômica

O Fórum Florestal Mineiro, integrante do Diálogo Florestal Nacional, é uma iniciativa que reúne empresas do setor florestal e organizações ambientalistas, com objetivo de construir visão comum entre esses setores, que leve a ações economicamente viáveis e aumente a escala dos esforços para conservação do meio ambiente natural, gerando benefícios tangíveis para os participantes do Diálogo e para a sociedade em geral.

O cultivo de florestas plantadas no Brasil e, especialmente, no estado de Minas Gerais, representa a base de diversas cadeias produtivas e tem significativa representatividade na economia, abrangendo principalmente as indústrias de ferro e aço, papel e celulose, chapas, painéis, móveis e outros produtos madeireiros. As atividades de base florestal representam 4% do PIB e 8% das exportações brasileiras, gerando mais de 4,7 milhões de empregos diretos e indiretos, o que demonstra elevada capacidade de geração de desenvolvimento social e econômico.

O cultivo de florestas plantadas também tem forte relação com a matriz energética nacional. O consumo de lenha e de carvão vegetal representa 33% da matriz energética de Minas Gerais e 12% da matriz brasileira, participação similar ao uso de energia hidrelétrica e aos diversos usos energéticos da cana-de-açúcar, que representam, respectivamente, 14,9% e 15,9% da matriz nacional. Tudo isso coloca em evidência o papel das florestas plantadas na mitigação das mudanças climáticas.

As condições de solo e clima no Brasil favorecem o cultivo de florestas plantadas e contribuem para desenvolvimento de diversos setores da economia. O país tem grande disponibilidade de terras degradadas e subutilizadas, que podem ser destinadas para expansão dos plantios sem necessidade de desmatamento. Aliadas a essas condições favoráveis, as atividades de pesquisa e desenvolvimento conduzidas por diversas empresas e universidades dotaram o país da mais avançada tecnologia de produção de madeira, com clones de alta produtividade que possibilitam reduzir ainda mais a área demandada e o uso de outros recursos naturais.

Há ainda que se ressaltar, que dentro das boas práticas desenvolvidas por empresas do setor, estão ações organizadas de proteção à biodiversidade, através da preservação de

ambientes florestais nativos, seja como unidades de conservação reconhecidas pelo poder público ou áreas integrantes dos mosaicos de plantios.

Apesar dessas vantagens, o Brasil e outros países em desenvolvimento têm experimentado déficits crescentes de madeira de florestas plantadas, evidenciando a escassez de fontes renováveis e sustentáveis. Além das evidentes perdas econômicas, a persistência do déficit de madeira de florestas plantadas, conhecido como “apagão florestal”, agrava ainda mais a situação socioambiental do país, na medida em que essa escassez pode resultar em:

1. Aumento da pressão pelo desmatamento das florestas nativas, gerando emissões de gases de efeito estufa, prejudicando a biodiversidade e criando incentivos perversos para práticas ilegais e ineficientes de carvoejamento.
2. Aumento das emissões de gases de efeito estufa, devido ao crescimento da participação de combustíveis fósseis na matriz energética brasileira, como carvão mineral e derivados de petróleo, que poderiam ser substituídos complementarmente, pelo uso de biomassa renovável, proveniente de madeira de florestas plantadas, como, por exemplo, em processos de aquecimento em caldeiras, geração de energia elétrica em usinas térmicas movidas a biomassa e, especialmente, no uso de carvão vegetal renovável na siderurgia.

A ausência, por outro lado, de práticas sustentáveis de produção e consumo de madeira em Minas Gerais, no Brasil e em diversos países gerou graves impactos socioambientais negativos em escala local, regional e global, sobretudo no que se refere ao desmatamento de florestas nativas. Além de danos tangíveis ao meio ambiente e à sociedade, práticas insustentáveis contribuem também para prejudicar a imagem do setor, o que é agravado pela carência de um diálogo sistematizado entre as empresas e outros agentes da sociedade civil.

No entanto, a sociedade brasileira tem desenvolvido, já há bastante tempo, diversos critérios socioambientais, inclusive por meio da legislação aplicável, que permitem que a produção e o consumo de madeira ocorram de modo sustentável, em diversas escalas. Já existem muitos bons exemplos nos quais os impactos positivos se destacam significativamente e os negativos são adequadamente mitigados. Isso se torna ainda mais evidente quando a atividade é comparada com outros setores ou ao uso de fontes fósseis de energia. Por isso, é fundamental que o debate sobre a sustentabilidade do setor seja incrementado e que evolua de uma maneira equilibrada, tendo como referência critérios específicos e amplamente discutidos.

Se por um lado, a sociedade civil organizada tem o dever de criticar condutas empresariais que desrespeitem o princípio da responsabilidade, é igualmente importante que reconheça a relevância ambiental, social e econômica dos plantios florestais e também os casos em que as boas práticas prevaleçam. Em um contexto democrático, não se pode deixar que a imagem daqueles que buscam o caminho do desenvolvimento responsável seja prejudicada por aqueles que não se orientam por esses valores. O risco maior de omissão nesse sentido é de se desencorajar mudanças necessárias nos padrões de produção e consumo, dificultando ainda mais a adoção das melhores práticas de desenvolvimento ambiental, social e econômico.

Nesse contexto e visando orientar a evolução do debate sobre a responsabilidade na produção e consumo de produtos florestais, o Fórum Florestal Mineiro vem em público para:

1. *Manifestar* apoio e comprometimento para com as boas práticas de plantio florestal, em suas diversas escalas, que incluem o respeito à legislação vigente, o gerenciamento e mitigação dos impactos na biodiversidade e recursos hídricos, a implantação ou manutenção de corredores de florestas nativas intercalados com os plantios homogêneos, a transparência de informações e o engajamento participativo das empresas com as comunidades locais.
2. *Reconhecer* que a superação dos desafios enfrentados pelo setor, a viabilização e a difusão das boas práticas de cultivo de florestas plantadas e a realização dos potenciais benefícios associados ao uso da biomassa de florestas plantadas como fonte de energia limpa dependem significativamente da implantação das seguintes medidas que apoiamos:
 - Coibição por meio de mecanismos legais e mecanismos de mercado, de produção e consumo de madeira e carvão vegetal proveniente de florestas nativas, que contribuem para degradação ambiental.
 - Aprimoramento do marco regulatório e formulação de políticas públicas e mecanismos de avaliação das atividades de silvicultura, de maneira coerente com o tratamento dado às demais práticas sócio-econômicas que dependem do uso da terra, como as diversas culturas agrícolas, agroenergéticas e a agropecuária.
 - Reformulação e ampliação dos mecanismos públicos e privados de fomento e financiamento, com o objetivo de facilitar e aumentar a oferta de crédito, em conformidade com a dinâmica de longo prazo, típica de empreendimentos florestais responsáveis, tanto para florestas plantadas quanto para florestas nativas.
 - Incentivo à utilização do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo do Protocolo de Quioto e de demais instrumentos do mercado de carbono como fonte adicional de recursos para estimular a utilização de madeira e carvão vegetal renovável, proveniente de florestas plantadas, como biocombustíveis capazes de substituir fontes fósseis ou não renováveis de energia na produção siderúrgica, bem como para a implantação de medidas de redução de emissões de gases de efeito estufa ao longo das diversas cadeias produtivas baseadas na silvicultura, de maneira integrada às políticas públicas de financiamento ao setor.
 - Inclusão dos plantios florestais como fonte de biocombustíveis sólidos (lenha e carvão vegetal), líquidos (alcatrão) e gasosos (biogás) nas políticas públicas de energia, mudanças climáticas, biodiversidade, desenvolvimento agrário e industrial, e na agenda institucional da presidência da República.
 - Promoção do engajamento das entidades da sociedade civil organizada, de representantes dos pequenos produtores silviculturais, dos setores industriais e

do governo num diálogo franco, aberto e pró-ativo para soluções economicamente viáveis, socialmente justas e ambientalmente equilibradas para o futuro dos plantios florestais no Brasil, como fonte renovável de matéria prima e energia.

- Divulgação dos mecanismos de gestão socioambiental adequados às atividades de plantio florestal, promovendo a sensibilização de todos os agentes envolvidos na cadeia produtiva, inclusive os diversos tipos de consumidores.
- Incentivo às iniciativas de certificação ambiental como instrumento gerencial para a implantação de melhorias contínuas das condições sociais, ambientais e econômicas dos empreendimentos florestais no Brasil, e como instrumento de valorização de critérios de sustentabilidade pelos diversos consumidores envolvidos nas cadeias produtivas.
- Respeito à legislação florestal vigente, nos níveis federal e estadual, especialmente no que se refere à manutenção dos parâmetros e aspectos fundamentais relativos às Áreas de Preservação Permanente (APP) e reserva legal ora vigentes, dispositivos que eventualmente poderão ser melhor regulamentados para facilitar seu entendimento e aplicação, garantindo-se a não redução dos serviços ambientais que proporcionam à sociedade.
- Conceitos de área de preservação permanente (APP) e reserva legal ora vigentes, permissão para uso de APPs em atividades de baixo impacto ambiental e soma das mesmas à área de reserva legal de pequenas propriedades, normas que eventualmente poderão ser mais bem regulamentadas para facilitar seu entendimento e aplicação sem modificar aspectos fundamentais dessas áreas ou reduzir benefícios ambientais que proporcionam à sociedade.

(i) Ressaltar a importância do Fórum Florestal Mineiro como um espaço para a construção, manutenção e consolidação de um diálogo pró-ativo para gerar resultados positivos, na implementação de plantios florestais ambientalmente, socialmente e economicamente responsáveis.

Belo Horizonte, 03 de dezembro de 2009.

Associação Mineira de Defesa Ambiente
Associação Mineira de Silvicultura
Conservação Internacional
Fundação Biodiversitas
Instituto Bioatlântica
Instituto Hóu
Valor Natural
Movimento Pró Rio Todos os Santos e Mucuri
Plantar Ltda
Siderpa Ltda
Arcelor Mittal Florestas
Siderúrgica Alterosa S/A
Cenibra – Celulose Nipo-Brasileira S/A

Belo Horizonte, June 15th, 2010

To: TUV-SUD GmbH

Ref: Comments on the A/R CDM Project Activity “Reforestation as a renewable source of wood supplies for industrial use in Brazil”

To whom it may concern:

As members of the governmental and non-governmental organizations listed below, we would like to draw your attention to important aspects of the context of the A/R CDM project activity entitled “Reforestation as a renewable source of wood supplies for industrial use in Brazil”, implemented by Plantar in rural areas of the State of Minas Gerais, in Brazil.

It is important to make clear that the development of sound mitigation actions in the iron and steel industry is one of the main challenges within the scope of climate change and sustainable development policies in Brazil. This industry is a major economic development driver and the additional use of renewable charcoal from sustainably managed planted forests in the manufacturing process may play a major role in a future low-carbon economy. The potential climate benefits may occur through the generation of net GHG removals, resulting from new reforestation practices for the production of renewable charcoal, or through emission reductions accruing from the use of renewable charcoal as a reducing agent in the thermo-reduction process.

Nonetheless, the country has been facing a substantive deficit of renewable charcoal, which is widely known and well documented, due to a series of obstacles, ranging from the lack of sustainable corporate cultures to the lack of adequate regulatory schemes, proper policies and debt-funding structures. Moreover, one of the most pressing problems in the context of this industry was the use of non-renewable charcoal, extracted from native forests, which also resulted in other serious environmental losses. However, as legislation has severely restricted the use of non-renewable charcoal, iron and steel producers are left with very little alternatives other than the use of coal coke, given the still prevailing scarcity of renewable charcoal from dedicated and sustainably managed planted forests.

Aware of the above mentioned context, we recognize that additional incentives such as CDM can play a major role in the establishment of new and sustainably managed

planted forests to supply renewable charcoal for the iron and steel industry, with a substantial potential to reduce GHG emissions and generate GHG removals, in the same way they helped Plantar becoming the first company to achieve self-sufficiency in renewable charcoal. The need to overcome the above mentioned obstacles and to create additional incentives to tackle the deficit of renewable charcoal is recognized by several state and federal government bodies, especially if one considers that the production of iron and steel in Brazil is expected to double within the next years. Such an increase will be almost totally based on coal coke, a global commodity, with substantially lower transaction costs, which does not face the seven-year harvesting gap inherent to the use of renewable charcoal.

As important as the potential climate benefit created by the use of renewable charcoal is the way the required planted forests are managed, including its social and environmental implications. Depending on the adopted management practices, the potential climate benefits may be overwhelmed by negative environmental impacts. Although, a balanced analysis on the sustainability aspects of the renewable charcoal supply chain must also be weighed against the sustainability aspects of the coal coke production chain, we support strict social-environmental criteria for the establishment and maintenance of the planted forests, including biodiversity aspects.

One of the most appropriate ways of ensuring the fulfillment of such criteria is the adoption of independent forest certification schemes. We understand that all plantation areas, covered by the A/R CDM project activity at stake, are certified in accordance with the principles and criteria of the Forest Stewardship Council (FSC), a respected NGO which we all support. In this sense, we are confident that any relevant social or environmental issue related with the project's reforestation practices has been adequately addressed and, most importantly, is subject to a continuous improvement policy under strict accountability mechanisms.

To conclude, we wish to stress our support to the use of the CDM for the promotion of the additional use of renewable charcoal from sustainably planted forests in Brazil, since it has a substantial potential of being integrated with climate change and sustainable development policies, reinforcing the Kyoto Protocol's environmental integrity. In this context, the pioneer case of Plantar is a good example.

Fórum Florestal Mineiro

Belo Horizonte, 09 de julho de 2010

Exmo. Sr.
Luiz Inácio Lula da Silva
Presidente da República Federativa do Brasil

Senhor Presidente,

O Fórum Florestal Mineiro, que congrega empresas e ONGs ambientalistas e tem como objetivo buscar reconhecimento público da importância social, econômica e ambiental dos plantios e a proteção da biodiversidade associada aos mesmos, manifesta a V.Exa. preocupação com algumas propostas contidas no relatório do Dep. Aldo Rebelo que colocam em risco o restante de patrimônio ambiental do país.

Não temos dúvidas quanto à pertinência da necessidade de modificações na Lei 4.771/65, para atender realidades sociais e econômicas, muitas das quais apoiadas e defendidas não só pelo Fórum, mas também por outras instituições que lutam pela conciliação entre proteção do meio ambiente natural e desenvolvimento de atividades econômicas necessárias ao bem-estar humano, bem como por pesquisadores e técnicos reconhecidos em âmbito nacional.

Tais mudanças devem, no entanto, serem precedidas de amplo e profundo debate com toda a sociedade, pois afinal, a discussão gira em torno da preservação desse patrimônio. Nunca é demais lembrar que as áreas já desmatadas devem ser priorizadas para manter e expandir atividades agrárias.

Cordialmente,

Fórum Florestal Mineiro

Of. Nº 001/2010

Belo Horizonte, 16 de julho de 2010

Exmo. Sr.
Antônio Augusto Junho Anastasia
Governador do Estado de Minas Gerais

Senhor Governador,

O Fórum Florestal Mineiro, que reúne empresas do setor florestal e ONGs ambientalistas, e tem como objetivo construir uma visão comum entre esses setores que leve a ações economicamente viáveis e aumente a escala dos esforços e os resultados para a conservação do meio ambiente como um todo, bem como busca reconhecimento público da importância socioambiental dos plantios de florestas renováveis, manifesta a V.Exa., preocupação com o conteúdo do PL nº 4057/09, recentemente aprovado pela ALMG.

O referido Projeto de Lei tem nos causado certa apreensão, considerando que a preservação do patrimônio do Estado deve estar prioritariamente alinhada com a sustentabilidade das atividades econômicas.

Problemas sociais no Norte do Estado devem ser solucionados por políticas públicas específicas, sem comprometer a biodiversidade local.

Preservar os remanescentes de Mata Seca no Norte de Minas é fundamental à conservação da biodiversidade. A atividade econômica em Minas não pode mais ser baseada na supressão de matas nativas, sob pena de comprometermos ainda mais aquilo que nos restou.

Ao contrário disto, e considerando a inquestionável necessidade de ampliarmos a base florestal do Estado, visando atendimento à crescente demanda por produtos florestais, entendemos ser imprescindível a definição de políticas públicas de estímulo aos novos plantios, ocupando preferencialmente áreas já antropizadas.

Cordialmente,

Fórum Florestal Mineiro



POR UM NOVO CÓDIGO FLORESTAL MODERNO E NECESSÁRIO PARA O DESENVOLVIMENTO DO BRASIL

O Brasil possui uma imensa vocação florestal. O fato de ser o único país do mundo que deve seu nome ao de uma árvore só reforça a expressão desta vocação. Num cenário de mudanças climáticas globais, cientistas, empresários e ambientalistas apontam as florestas como um dos mais importantes vetores para a promoção do desenvolvimento sustentável do país.

As florestas nativas e as plantações bem manejadas destinadas à produção de celulose, papel, painéis de madeira, energia e outros usos, são imprescindíveis para a manutenção e recuperação da qualidade dos serviços ecossistêmicos dos quais dependemos todos: a população, a indústria, a agricultura e a economia.

A disponibilidade de água para consumo humano e industrial, para irrigação, dessedentação animal e geração de energia, por exemplo, depende diretamente da proteção e da recuperação da cobertura vegetal nativa nas principais bacias hidrográficas do país.

O acelerado ciclo de mudanças climáticas, constatado cientificamente, traz consigo ameaças que não devem ser negligenciadas. O avanço do agronegócio não pode prescindir da conciliação com a proteção e recuperação dos ecossistemas naturais, sob risco de ampliar seus custos até o ponto da inviabilidade econômica, decorrente da insustentabilidade ambiental e da falta de estímulos para o aumento da produtividade. Mas a nova realidade climática traz também oportunidades. Florestas têm e terão cada vez mais um papel fundamental na redução, controle e mitigação dos impactos negativos resultantes destas mudanças.

Por estas razões, o Brasil precisa de uma legislação florestal forte, com robustez científica e respaldada por políticas públicas inovadoras e instituições comprometidas com a proteção e ampliação da cobertura florestal no país. Desde 1965, contamos com um Código Florestal abrangente, porém complexo e que não atende às particularidades dos diferentes biomas e às realidades socioeconômicas das diversas regiões do país, sendo sua aplicação restrita.

A Câmara dos Deputados vem discutindo a atualização do Código Florestal desde 1999 e é necessário que tenhamos, com urgência, uma nova lei sobre o assunto. Neste sentido, os signatários desta carta apresentam algumas propostas sobre pontos específicos, que consideram fundamentais para o aperfeiçoamento da legislação vigente. Não há espaço e nem tempo para valorizarmos falsas dicotomias entre produção e conservação, entre agricultura e biodiversidade, entre natureza e sociedade. É hora de nos concentrarmos e unirmos forças, talentos e ativos, visando à construção de uma legislação ainda mais moderna, ainda mais pró-ativa, que apresente para o conjunto dos proprietários rurais e para a sociedade como um todo instrumentos jurídicos em que

incentivos econômicos para proteção, restauração florestal e oferta de serviços ambientais complementem, de maneira consistente, as ferramentas de comando e controle.

Pelas razões expostas acima, as empresas e as organizações da sociedade civil signatários deste documento, após uma série de encontros promovidos pelo Diálogo Florestal para debater as propostas de alteração do Código Florestal brasileiro, apresentam as reflexões abaixo.

- O Código Florestal precisa ser revisado, aperfeiçoado e modernizado, uma vez que a lei atual ainda é tímida e pouco eficaz na compatibilização entre a produção rural e a proteção ambiental. Qualquer alteração deve facilitar sua aplicação, não diminuir a proteção de áreas ambientalmente importantes. Trata-se, sobretudo, de criar e implantar mecanismos de incentivo à proteção, à restauração e à produção em bases sustentáveis.
- O Código Florestal deve ser inovador e deve fazer frente aos novos desafios da sociedade e do planeta. Mudanças climáticas, pagamento por serviços ambientais, negócios sustentáveis e uma nova economia verde são assuntos que devem permear a revisão da lei atual.
- Deve também garantir a isonomia das florestas plantadas com os demais tipos de atividades de produção agrícola perante a legislação ambiental.
- É necessário implantar políticas de pagamento por serviços ambientais oferecidos pelas florestas, tais como água, carbono, biodiversidade, solo, paisagem, conforto e recreação.
- É de interesse do país a necessidade de recuperação vegetal em áreas de preservação permanente e reserva legal. Além disso, não faz sentido anistiar a responsabilidade pela recuperação das áreas ilegalmente desmatadas.
- Os parâmetros existentes hoje para as APP de mata ciliar devem ser mantidos, visando assegurar a conservação dos recursos hídricos. Por outro lado, pode-se permitir a utilização de topos de morro por sistemas produtivos que garantam recarga hídrica e reduzam a erosão, não implicando em conversão de florestas nativas.
- É possível construir critérios para computar as áreas de preservação permanente no cálculo da reserva legal, mantidos os percentuais atuais por bioma, sem implicar na conversão de áreas e recuperando o que falta. Este princípio pode ser aplicado a propriedades de quaisquer tamanhos.
- O processo de discussão do Código Florestal deve considerar a gestão integrada de território e a proteção dos recursos hídricos e do solo, com fundamentação no que houver de mais recente e mais robusto em termos de conhecimento científico, incorporando os conceitos da ecologia de paisagens nas bacias hidrográficas, incentivando a restauração de florestas naturais e o plantio de florestas para fins comerciais.

- Deve-se avançar no conceito de *restaurar e reflorestar é preciso*, sobretudo em biomas extremamente fragmentados, como a Mata Atlântica. A história do setor de florestas plantadas é prova disso: cresceu em consonância com a lei, investiu em conhecimento e boas práticas e hoje é parte importante da economia brasileira.
- O Cadastro Ambiental Rural, constituído do perímetro georreferenciado de cada propriedade sobreposto ao mapa de uso do solo e imagens de satélite, referendado pelo órgão público competente, deve ser o instrumento básico para implantação do Código Florestal e das políticas a ele relacionadas. Sua implantação tem que ser tratada como prioritária, por se tratar de ferramenta fundamental de incentivo à regularização ambiental da produção rural e à integração entre os órgãos ambientais estaduais para sua gestão.

O Código Florestal é o marco legal mais adequado para regular e ordenar esta compatibilização. Por isso mesmo, estamos de acordo que é necessário aperfeiçoá-lo e adaptá-lo à nova realidade, não apenas do agronegócio, mas também das mudanças climáticas e do risco de colapso nos serviços ambientais que sustentam a economia do país.

Pelas razões expostas acima, damos nossa contribuição para o aprimoramento do Código Florestal brasileiro, na forma das propostas aqui apresentadas.

MARÇO DE 2011.

SIGNATÁRIOS

ORGANIZAÇÕES DO TERCEIRO SETOR:

Amigos da Terra – Amazônia Brasileira
 Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – MG (ABES/MG)
 Associação de Preservação do Meio Ambiente e da Vida (Apremavi)
 Associação dos Fotógrafos de Natureza (AFNATURA)
 Associação Mineira de Defesa do Ambiente (Amda)
 Associação Profissional dos Engenheiros Florestais do Rio de Janeiro (APEFERJ)
 Conselho Nacional da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica
 Conservação Estratégica
 Conservação Internacional (CI)
 Fundação Biodiversitas (MG)
 Fundação Relictos
 Fundação SOS Mata Atlântica
 Grupo de Ação Ecológica (GAE)
 Iniciativa Verde (SP)
 Instituto Amigos da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica
 Instituto BioAtlântica (IBio)
 Instituto de Manejo e Certificação Agrícola e Florestal (Imaflora)
 Instituto de Pesquisas Ecológicas (Ipê)
 Instituto do Homem e o Meio Ambiente da Amazônia (Imazon)
 Instituto Eco Solidário Instituto Floresta Viva (IFV)

Instituto Socioambiental (ISA)
Mater Natura – Instituto de Estudos Ambientais
Sociedade Brasileira de Engenheiros Florestais (SBEF)
Sociedade de Pesquisa em Vida Selvagem e Educação Ambiental (SPVS)
The Nature Conservancy (TNC)
Valor Natural
WWF-Brasil

EMPRESAS:

ArcelorMittal BioEnergia
Bonet Madeiras e Papéis Ltda.
BSC – Bahia Specialty Cellulose
Cambará S.A. Produtos Florestais
Celulose Irani S.A.
Celulose Nipo Brasileira S.A. (Cenibra)
CMPC Celulose Riograndense
Cocelpa Cia. de Celulose e Papel do Paraná
Conpacel – Consórcio Paulista de Papel e Celulose
Duratex S.A. Estrela Indústria de Papel Ltda.
Ferrous Resource Fibria Celulose S.A.
Grupo Orsa - Jari Celulose, Papel e Embalagens Ltda.
Hidrotérmica S.A.
Ibema Cia. Brasileira de Papel
Iguaçu Celulose, Papel S.A.

Minuta de Deliberação Normativa que altera da DN COPAM 17

(MINUTA) DELIBERAÇÃO NORMATIVA COPAM Nº XXX, DE XX DE XXXXXX DE 2014.

Altera o art. 1º da Deliberação Normativa COPAM nº 17, de 7 de dezembro de 1996.

O PRESIDENTE DO CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA AMBIENTAL - COPAM, no uso das atribuições que lhe confere o art. 5º da Lei nº 7.772, de 8 de setembro de 1980, com respaldo no art. 214, §1º, IX da Constituição do Estado de Minas Gerais, e nos termos do art. 4º da Lei Delegada n. 178, de 29 de janeiro de 2007, art. 4º do Decreto 44.667, de 3 de dezembro de 2007 e art. 7º da Deliberação Normativa COPAM 177, de 22 de agosto de 2012,

Considerando que as atividades de silvicultura ocupam lugar de destacam-se no desenvolvimento ambiental do Estado de Minas Gerais quanto ao uso e ocupação do solo,

Considerando que as plantações florestais, por serem culturas de ciclo longo, fornecem apropriada cobertura do solo, reduzindo os efeitos erosivos e o escoamento superficial das precipitações pluviais,

Considerando que há um descompasso natural entre os ciclos silviculturais das plantações florestais e os prazos de validade das Licenças de Operação expedidas pelo COPAM, bem como seus procedimentos de licenciamento ambiental,

Considerando a importância das plantações florestais na política de mitigação de Mudanças Climáticas, conforme estabelecido na Lei nº 12.187 de 29 de dezembro de 2009,

Considerando que os plantios florestais ambientalmente bem manejados são importantes aliados na conservação da biodiversidade e da água.

DELIBERA, “Ad Referendum” da Câmara Normativa e Recursal do Copam: Art. 1º - O art. 1º da Deliberação Normativa nº 17 de 17 de dezembro de 1996, passará ter a seguinte redação: “IV – As atividades silviculturais enquadradas na listagem G do anexo único da DN nº 74 de 9 de setembro de 2004 poderão ter o prazo da Licença de Operação - LO, estendidos por mais dois anos, independentemente de sua classificação e dos benefícios decorrentes da certificação do Sistema de Gestão Ambiental, até o limite máximo de 8 anos, desde que requeridas até 150 dias antes do vencimento do prazo de validade da respectiva licença e mediante as seguintes condições:

a) manter, constituir e implantar Reservas do Particular do Patrimônio Natural - RPPN;

b) regularizar voluntariamente as questões fundiárias das unidades de conservação públicas estaduais ou desenvolver outras ações de apoio à sua estruturação e funcionamento;

c) desenvolver, patrocinar ou apoiar financeiramente programas e projetos voltados a recuperação/proteção de matas ciliares, veredas e nascentes, em propriedades rurais de terceiros localizados em sua área de influência, bem como implantação de corredores ecológicos nas áreas consideradas prioritárias para proteção da biodiversidade em especial aqueles programas voltados à proteção de espécies ameaçadas de extinção;

d) manter certificação voluntária em sistemas de certificação ambiental/florestal ateste boas práticas socioambientais.

§ 1º - As empresas não poderão se utilizar do benefício a que se refere o *caput* do inciso

IV se as condições listadas nas alíneas “a”, “b”, e “c” já integrarem o Plano de Controle Ambiental, condicionante vinculante da Licença de Operação ou medidas de compensação ambiental.

§ 2º - As condições indicadas nas alíneas “a)”, “b)”, “c)” e “d)” do inciso IV serão declaradas pelo empreendedor e certificadas por órgão e entidades integrantes da Secretaria Estadual do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - SEMAD e, em até 30 (trinta) dias, submetidas à aprovação do COPAM.

§ 3º - O empreendimento objeto do requerimento de aumento do prazo de validade da LO não poderá ter sofrido autuações ambientais transitadas em julgado na esfera administrativa durante o período correspondente à concessão ou à revalidação da LO até a data do requerimento do pedido de aumento do prazo de validade da LO.”

Esta Deliberação Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

Data,

Secretário de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e Presidente do Copam.

Seminário sobre Plantios Florestais Sustentabilidade e Proteção da Biodiversidade

Belo Horizonte, 4-5 de junho de 2012



4 de junho de 2012

08:00 – 09:00	Credenciamento	
09:00 – 09:15	Abertura: Representantes da Amda, Cenibra e Semad-MG	
09:15 – 09:45	Palestra: “Usos Múltiplos da Madeira x Demanda de Consumo x Impactos Ambientais”	José Roberto Scolforo (UFLA)
09:45 – 10:15	Participação do Público	
10:15 – 10:30	Intervalo para Café	
10:30 – 12:30	Mesa Redonda: Mitos e Verdades sobre o Plantio Florestal	
10:30 – 11:00	“Histórico e Evolução Técnica/Ambiental dos Plantios”	José Carlos Arthur Júnior - Coordenador Técnico do Programa Temático Silvicultura e Manejo – IPEF José Henrique Bazani – Mestrando em Recursos Florestais da ESALQ/USP
11:00 – 11:30	“Agrossilvicultura: Aspectos Econômicos, Sociais e Ambientais”	Élio Nunes – Gerente Operacional Corporativo da Arcelor Mittal
11:30 – 12:00	Relação Eucalipto e Solo	Prof. Dr. Lafayette Gonçalves Campelo Martins – Fead/BH
12:00 – 12:30	Participação do Público	
12:30 – 14:00	Almoço	
14:00 – 14:30	Palestra: Análise Comparativa da Posição do Brasil no Mercado de Madeira Mundial	Marcelo Wiecheteck – Diretor da STCP Engenharia
14:30 – 15:00	Participação do Público	
15:00 – 16:30	Mesa redonda: Novos Negócios e Mercado de Carbono	
15:00 – 15:30	Plantações Florestais e Novos Negócios	Dr. Antonio Francisco Bellote – Embrapa Florestas Energéticas
15:30 – 16:00	Mercado de Carbono e Geração de Energia Elétrica.	Warwick Manfrinato
16:00 – 16:30	Panorama do Mercado de Carbono no Brasil	Vinicius Porto-Ambiente
16:30 – 16:45	Intervalo para Café	
16:45 – 17:15	Participação do público	
17:15 – 17:45	Palestra: Boas Práticas Ambientais nos Plantios	Maria Jose Brito Zakia
17:45 – 18:15	Participação do público	
18:15 – 18:30	Encerramento	

5 de junho de 2012

07:00– 08:00	Credenciamento	
08:00 – 10:00	Mesa Redonda: Meio Ambiente e Plantações	
08:00 – 08:30	Licenciamento Ambiental	Daniel Medeiros – Semad-MG
08:30 – 09:00	Plantios Florestais e Proteção da Biodiversidade. (Estudos de Caso, extensão de áreas protegidas pelas empresas)	Rosevelt de Paula Almado – Arcelor Mittal
09:00 – 09:30	Relação entre Plantações, Proteção e Consumo de Água/Comparação com Outras Culturas	Prof. Walter de Paula Lima – USP-ESALQ
09:30 – 10:00	Participação do Público	
10:00 – 10:20	Intervalo para café	
10:20 – 12:20	Mesa Redonda: Plantios e comunidades	
10:20 – 10:50	Programas de Geração e Renda:	José Geraldo Rivelli – Instituto Xopotó
10:50 – 11:20	Fomento Florestal	Gilberth de Paula Ferrari – Coordenador de Fomento da Cenibra
11:20 – 11:50	Plantios Florestais e Comunidades do Entorno: Interações e Certificação Florestal	Luciana Antunes – Coordenadora do Programa Cooperativo de Certificação Florestal do IPEF- Instituto de Pesquisas Florestais
11:50 – 12:20	Debate	
12:20 – 14:00	Almoço	
14:00 – 16:00	Mesa Redonda - Código Florestal e Plantios – Visão dos setores	
14:00 – 14:30	Bracelpa	Leonardo Genofre
14:30 – 15:00	Amda	Maria Dalce Ricas – Superintendente Executiva da Amda
15:00 – 15:30	Ministério Público	Paulo César Vicente de Lima – Ministério Público
15:30 – 16:00	Debate	
16:00 – 16:10	Encerramento	
16:10 – 16:30	Café	



FÓRUM FLORESTAL
DE MINAS GERAIS

Seminário: Silvicultura, Recursos Hídricos, Biodiversidade e Sociedade

UNIVALE Campus Antonio Rodrigues Coelho
Rua Israel Pinheiro, 2000 - Bairro Universitário - Governador Valadares

SEMINÁRIO
29 DE SETEMBRO DE 2015

TEMA:
**SILVICULTURA,
RECURSOS HÍDRICOS
BIODIVERSIDADE
E SOCIEDADE**

Inscrições: www.amda.org.br
Mais informações: (31) 3291 0661 ou
eventos@amda.org.br

PROGRAMAÇÃO:

8:00 – 8:30 - Credenciamento
8:30 – 9:10 - Abertura - Fórum Florestal Mineiro e Univale
9:10 – 9:40 - Programa de Disponibilidade Hídrica na Bacia do Rio Doce
Eduardo Figueiredo – Presidente do IBIO – Instituto Bioatlântica
9:40 – 10:10 - Integração Pecuária e Floresta - Silvio Nolasco - Engenheiro
Florestal, Mestre e Doutor em Engenharia Florestal
10:10 – 10:40 - Silvicultura e Recursos Hídricos – Herly Carlos Teixeira -
Mestre em Engenharia Florestal, Pós Doutor em Hidrologia Florestal
10:40 - 11:20 – Participação do Público
11:20 – 11:40 - Café e lançamento da nova edição do Caderno do Diálogo
- Florestas e Recursos Hídricos
11:40 – 12:10 - Silvicultura e biodiversidade – Jacinto Moreira Lana –
Engenheiro Florestal, Mestre em Botânica
12:10 – 12:30 - Participação do público
12:30 - Encerramento



UNIVALE CAMPUS ANTONIO RODRIGUES COELHO
CENTRO CULTURAL HERMIRIO GOMES
RUA ISRAEL PINHEIRO, 2000 - BAIRRO UNIVERSITÁRIO - GOVERNADOR VALADARES



FÓRUM FLORESTAL
DE MINAS GERAIS

Associação Mineira de Defesa do Ambiente
Rua Costa Pinto, 258
Vila Paris
Belo Horizonte, MG,
CEP 30380-700

Telefax: (31) 3291-0661 | www.amda.org.br

